

As atitudes face à Dificuldade Intelectual

Sofia Santos

Centro de Estudos Educação Especial
Faculdade de Motricidade Humana
UIDEF – Instituto de Educação
Universidade de Lisboa

Vítor Franco

CIEP- Centro de Investigação em Psicologia e Educação
Departamento de Psicologia
Universidade de Évora

Resumo: Mesmo com as mais recentes inovações a nível político no sentido da igualdade de oportunidades para a participação social, as pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (DID) ainda são confrontadas com inúmeras barreiras, de entre as quais as atitudinais. A falta de conhecimento sobre as suas capacidades e de um contacto de qualidade com estas pessoas, leva à formação de atitudes negativas, pré-conceitos, discriminação e distância social, atuando como obstáculos à inclusão efetiva destas pessoas. É neste contexto que se fundamenta este artigo que tem como objetivo situar a informação atual existente a este nível, numa tentativa de se perceberem quais as principais variáveis (facilitadores e barreiras) que poderão influenciar as atitudes, qual a importância da sua avaliação e que instrumentos são utilizados neste processo, visando a validação de estratégias de mudança nas áreas da educação especial e da reabilitação. O conhecimento sobre as atitudes permitirá compreender a natureza da interação das pessoas com e sem dificuldades, e a identificação das dimensões das atitudes negativas pode oferecer pistas para políticas, programas intervenção e procedimentos de educação e sensibilização para a mudança de atitudes, com a respetiva monitorização.

Palavras-chave: atitudes, avaliação, dificuldade intelectual e desenvolvimental,

Abstract: Despite the new paradigm shift focused on quality of life and full inclusion of all citizens, persons with intellectual and developmental disabilities (IDD) are still facing several barriers to their social participation. The lack of knowledge about their capacities and the scarce (or even inexistent) contact with quality, leads to negative attitudes, stigma, prejudice, discrimination and social distance that impact, negatively, these persons inclusion. The goal of this article is to provide an overview about attitudes towards persons with IDD and which variables influence them, the relevance of its evaluation as well the importance of the instruments used. This overview aims the validation of strategies for the change in Special Education and Rehabilitation field's. A deeper knowledge about attitudes will allow a better understanding of the relation between persons with IDD and their peers without IDD, as well the identification of negative attitudes' dimensions. All this issues may provide clues for policies, intervention plans and sensibilization programs for the change of attitudes towards this subgroup. The need of monitorization and recommendations for research and practice are also discussed.

Keywords: attitudes, evaluation, intellectual and developmental disability

As atitudes face às pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

De acordo com os novos paradigmas que contextualizam a participação das pessoas com deficiência, a atenção deve descentrar-se das dificuldades individuais, e focar-se na qualidade de interação entre a pessoa e o seu envolvimento, de acordo com os valores socioculturais e o escalão etário (Santos e Morato, 2012a). Neste sentido, a experiência da “deficiência” resulta da sociedade que continua a criar barreiras à igualdade de oportunidades (Cocks, 2006). É neste contexto que os fatores arquitetónicos (visíveis) e as atitudes (invisíveis) assumem um papel fulcral, realçando-se que no atual modelo da Classificação Internacional de funcionalidade (CIF – OMS; 2004) as atitudes se inserem nos fatores contextuais (Chan, Liveh, Pruett, Wang e Zheng, 2009).

Além da ratificação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), com o reconhecimento dos seus direitos, os Estados-Membros devem identificar as barreiras sociais à participação social destas pessoas e Seewooruttun e Scior (2014) realçam a necessidade de uma boa compreensão destas barreiras para pensar em formas como poderão ser ultrapassadas. É neste contexto que se fundamenta a necessidade de se avaliarem as atitudes face às pessoas com dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID) visando a validação de estratégias de mudança nas áreas da educação especial e da reabilitação (Chan et al., 2009). Antonak e Livneh (2000) acrescentam ainda que o conhecimento sobre as atitudes permitirá compreender a natureza da interação das pessoas com e sem dificuldades, e que a identificação das dimensões das atitudes negativas podem oferecer pistas para políticas, bem como de programas intervenção e procedimentos de educação e sensibilização para a mudança de atitudes, com a respetiva monitorização.

Um dos parâmetros do desenvolvimento social importante para a participação das pessoas com deficiência são, então, as atitudes que os seus pares têm face a elas em qualquer contexto (Bossaerts, Colpin, Pijl e Petry, 2011). Apesar da aparente maior visibilidade na comunidade, ainda se levantam dúvidas sobre as consequências ao nível da sua real participação na vida social, em variados contextos como a escola, o mercado laboral e na comunidade (Cobigo, Ouellette-Kuntz, Lysaght e Martin,, 2012).

A identificação e compreensão da complexidade dos fatores que impactam as atitudes face às pessoas com deficiência pode ajudar à identificação e implementação de estratégias efetivas e ajustadas para a mudança (Chan et al., 2009). Questões como a aparência, a produtividade vs. desemprego, o estatuto sociocultural e

económico, entre outros (Livneh, 1982), são algumas das condicionantes face à atitude perante as pessoas com DID, que enfrentam inúmeras limitações no acesso real e efetivo à participação social. Vários autores reforçam as atitudes menos positivas como sendo um dos fatores que mais contribui para a discriminação (Antonak e Livneh, 2000; Campbell et al., 2003; Gilmore et al., 2003; McCaughey e Strohmer, 2005; Yazbeck et al., 2004).

O constructo “atitude” é um dos mais antigos no contexto da psicologia social e sua definição e operacionalização tem sido motivo de debate com especial ênfase nas últimas décadas (Morin, Crocker, Beaulieu-Bergeron e Caron, 2013a). A atitude é definida como uma representação avaliativa relacionada com pessoas, eventos ou objetos (Chan et al., 2009). Tal representação terá impacto importante nas reações e comportamentos assumidos perante pessoas com DID. A compreensão das atitudes é um processo complexo não só pela dificuldade na sua concetualização (i.e.: diversidade de quadros concetuais e metodologias de avaliação, etc.), como também da sua constante evolução (Morin, Rivard, Crocker, Boursler e Caron, 2013b).

Apesar das inúmeras posições acerca das atitudes, existe consenso na sua multidimensionalidade, sendo caracterizadas por três dimensões: afetiva (i.e.: sentimentos), cognitiva (i.e.: pensamentos) e comportamental (i.e.: ações), ou seja, as atitudes baseiam-se no que o sujeito sente, pensa e está preparado para fazer (Chan et al., 2009). A relação entre atitude (face às pessoas com DID) e comportamento é complexa, sendo influenciada pela personalidade e pelos valores socioculturais, contextos e expectativas (Livneh, 1982).

Outros conceitos associados às atitudes incluem o estereotipo como a “crença exagerada associada a uma categoria [...] cuja função é justificar (racionalizar) o comportamento em relação à categoria” (Allport, 1968, p. 191 cit in Chan et al., 2009), preconceito, como uma “atitude aversiva e hostil face a uma pessoa que pertence a um grupo e que presumivelmente apresentam as mesmas características do grupo” (Allport, 1968, p. 7 cit in Chan et al., 2009) e discriminação, ou “ação negativa baseada no preconceito” (Allport, 1954 cit in Chan et al., 2009) e que resulta do juízo negativo se uma pessoa se desvia da norma numa dimensão particular (Jahoda e Markova, 2004). Thornicroft, Rose, Kassan e Sartorius (2007) acrescentam que o estigma está relacionado com problemas ao nível do conhecimento (e.g.: ignorância ou estereotipos), atitude (preconceito) e comportamento (discriminação) e com a perceção de desvio à norma (Heatherthorn et al., 2000 cit in Morin, Crocker et al., 2013a).

Todas estas questões afetam a forma como se pensa e se sente a pessoa com DID, com repercussões ao nível dos comportamentos dos pares (Igbo, Onu e Obiyo, 2015). As atitudes negativas encontram-se em relação direta com a distância e exclusão social das pessoas com DID (McEvoy e Keenan, 2014), que mais se acentua com o maior nível de severidade das limitações (Ouellette-Kuntz, Burgem Brown e Arsenault, 2010; Morin, Rivard, et al., 2013b).

É de se destacar neste contexto a hierarquia, ainda existente, nas questões atitudinais face à pessoa com deficiência, constatando-se uma maior aceitação nas limitações motoras ou sensoriais (Laat, Freriksen e Vervloed, 2013) em detrimento das questões mais cognitivas (e.g.: DID) ou, ainda menos, no caso da saúde mental (Chan et al., 2009; Tsang, Chan e Chan, 2004). Grames e Leverentz (2010) apuraram que o tipo de deficiência afeta, de forma significativa, as atitudes face às pessoas com deficiência: 138 estudantes universitários norte-americanos e 40 estudantes internacionais da China e Taiwan “preferiram” ser tutores de pessoas com deficiência motora do que com doenças psiquiátricas, corroborando estudos anteriores (e.g.: Laat et al., 2013; Wang, Thomas, Chan e Cheing, 2003) que distinguiam deficiência motora das cognitivas ou emocionais.

A evidência das atitudes e do conhecimento que a população em geral tem sobre a DID apesar de extensa, ainda não encontrou consensos (Seewooruttun e Scior, 2014) observando-se atitudes positivas ao nível da inclusão (Ouellette-Kuntz et al., 2010) e ao mesmo tempo estigma e discriminação, sendo considerado como um dos grupos com menor aceitação social e, portanto, com menos vontade para se interagir (Gordon, Feldman, Tantillo e Perrone, 2004). Daí decorrendo elevado risco das pessoas com DID serem vítimas de abuso e de comportamentos antissociais, quando comparados com pessoas com outro tipo de deficiências (Sheikh, Pralat, Reed e Sin, 2010).

A DID é caracterizada por limitações cognitivas e adaptativas concomitantes que se expressam nas competências intelectuais, sociais e práticas antes dos 18 anos (Schalock et al., 2010). De uma forma geral, as pessoas com DID são percebidas como descredibilizadas, superprotegidas e infantilizadas (Santos, 2010), generalizando-se a ideia das limitações (em detrimento das capacidades), da dependência de terceiros, menores expectativas e de uma menor produtividade (em tarefas escolares, laborais e do dia-a-dia) (Santos e Morato, 2012b; Werner, 2015). Este conjunto de ideias está associado a sentimentos de medo, insegurança e compaixão (Findler et al., 2007; Werner, 2015), de hostilidade e distância (McCaughey e Strohmer, 2005; Scior, 2011; Ouellette et al., 2010; Yazbeck et al., 2004) o que

restringe a sua participação social. Morin e colaboradores (2013b) apontam que os sentimentos (e.g.: tristeza e piedade) e o desconhecimento das causas da DID são dois dos temas menos positivos.

Apesar de alguma mudança ao longo do tempo (Antonak e Livneh, 2000), do ponto de vista histórico, as pessoas com DID foram e são consideradas como um grupo de “menor-poder” em muitas sociedades, sendo vítimas de discriminação, observando-se atitudes menos positivas face às mesmas, situação essa inibidora do pleno exercício dos seus direitos e da sua participação ativa e diária na comunidade (Akrami, Ekehammar, Claesson e Sonnader, 2006; Rohmer e Louvet, 2009).

O nível de funcionalidade, severidade e previsibilidade da deficiência influencia, igualmente, as atitudes sociais (Livneh, 1982), o que é visível na hierarquia de preferências por alguns grupos de pessoas com deficiência, já referida anteriormente, bem como a importância que também se confere à contribuição económica e familiar em atividades de vida diária (Groce, 2004). Na análise da literatura, constata-se o impacto de diferentes variáveis (e.g.: género, idade, habilitações literárias e profissão, estatuto socioeconómico, existência de contactos prévios, qualidade da relação, religião e crenças, entre outros) preditoras de atitudes e comportamentos face às pessoas com deficiência (Gonçalves e Lemos, 2014; Laat et al., 2013; Sheridan e Scior, 2013).

O género é uma das variáveis que tem sido analisada no âmbito das atitudes face à DID (e.g.: Yazbeck et al., 2004). Em 44% dos estudos os elementos do género feminino detêm atitudes mais positivas (Goreczny, Bender, Caruso e Feinstein, 2011; Laat et al., 2013; Li, Tsoi e Wang, 2012; Scior, 2011) que os elementos do género masculino, enquanto o contrário apenas foi reportado em 5% dos estudos (Yuker e Block, 1986), apesar da tendência para uma aproximação nas respostas entre géneros nos últimos anos (Chan et al., 2009). De acordo com Chen, Brodwin, Cardoso e Chan (2002) apesar da inexistência de diferenças de atitudes entre géneros face a pessoas com deficiência nas atividades de vida diária, participantes norte-americanos do género feminino tenderam para respostas mais favoráveis no que toca ao namoro e às relações sexuais divergindo quer dos pares masculinos, quer dos participantes do género feminino e masculino asiáticos.

Também Morin et al., (2015) apontam para a existência de diferenças significativas entre géneros, com os participantes do género feminino a tenderem para atitudes mais positivas nas dimensões afetivas e comportamentais, corroborando outros autores (e.g.: Laat, Freriksen e Vervloed, 2012; Ouellette-Kuntz et al., 2010).

Scior, Kan, McLoughlin e Sheridan (2010) reportam que as diferenças entre género tendem a desaparecer quando se analisam outras variáveis sociodemográficas (e.g.: etnia), apesar de realçar que pessoas do género feminino tendem a atitudes mais positivas face ao empoderamento das pessoas com DID. A nível nacional, a variável género parece influenciar as atitudes face às pessoas com DID, com especial destaque para as componentes afetiva e comportamental das atitudes onde os participantes do género feminino parecem assumir atitudes mais positivas (Estevão, Marques, Pacheco e Santos, 2017).

As pessoas mais jovens tendem a atitudes mais favoráveis que as mais velhas, talvez reveladoras de uma maior tolerância e respeito pela diferença (Amorim, Barrote, Costa e Santos, 2017; Chan et al., 2009; Goreczny et al., 2011; Morin et al., 2015; Scior, 2011; Uysal et al., 2014; Vignes et al., 2009; Yazbeck et al., 2004), exibindo menor distância social (Ouellette-Kuntz et al., 2010), o mesmo acontecendo com os professores mais novos (Avradimis e Kalyva, 2007). As pessoas com mais de 60 anos tendem a demonstrar menor sensibilidade, maior desconhecimento das causas e maior distância social (Morin, Rivard et al., 2013b Ouellette-Kuntz et al., 2010; Parashar, Chan, e Leierer, 2008), possivelmente resultantes de atitudes ainda convencionais (Goreczny et al., 2011).

O estatuto económico e maiores habilitações literárias estão associadas a atitudes mais positivas (Chan et al., 2009; Morin, Rivard et al., 2013b; Ouellette - Kuntz et al., 2010; Scior, 2011) apesar de Morin e colaboradores (2015) não terem encontrado diferenças nas atitudes quando analisadas pela vertente da educação. A ideia que um maior conhecimento sobre a DID conduz a atitudes mais positivas tem sido avançada na literatura (e.g.: Chan et al., 2002; Hampton e Xiao, 2008; Hunt e Hunt, 2004; Li, Wu e Ong 2014; Wong e Wong, 2008; Yazbeck et al., 2004) e níveis superiores de educação foram associados a atitudes mais positivas a nível internacional (Henry, Duvdevany, Keys e Balcazar, 2004; Barbosa, Frade, Magalhães e Santos, 2017; Scior et al., 2010).

A investigação tem apontado as atitudes dos profissionais de saúde e reabilitação, professores, técnicos e outros prestadores de cuidados, pais, pares e até das próprias pessoas com deficiência, como uma das barreiras subtis à participação efetiva das pessoas com DID (Antonak e Livneh, 2000; Castan, 2009). De uma forma geral, as evidências apontam para que estudantes e profissionais na área da saúde, educação e serviço social tendem para atitudes mais positivas (Chan, Lee, Yuen e Chan, 2002; Gonçalves e Lemos, 2015), talvez devido ao seu maior conhecimento acerca do tema (Ison et al., 2010), apesar de ainda alguns resultados inconclusivos

(Nabors e Lehmkuhl, 2005). Outros estudos apontam para que à medida que se progride no curso e se aumenta a informação e o contacto com as pessoas com deficiência, as atitudes tendem a melhorar (Estes et al., 1991 cit in Brown et al., 2009; Simões, Coiteiro, Silva, Cardoso e Santos, 2017).

No Canadá, os médicos parecem não respeitar a dignidade das pessoas com DID (Burge, Ouellette-Kuntz, Isaacs e Lunsky, 2008), mas no Butão os mesmos profissionais tenderam a atitudes mais positivas do que os enfermeiros, realçando-se no entanto serem menos positivas do que os pares ocidentais (Dorji e Solomon, 2009). Também na Turquia estudantes de enfermagem parecer ter atitudes mais negativas que os seus pares ocidentais (Uysal et al., 2014).

A análise das atitudes dos professores é considerada como fundamental na implementação com sucesso da educação inclusiva, não só no âmbito da transmissão de conhecimentos e melhores aprendizagens (Dessementet, Morin e Crocker, 2014), como também na promoção de atitudes mais positivas dos pares típicos (Siperstein, Norins e Mohler, 2007) pelo que é um dos grupos sociais mais estudados a este nível. De uma forma geral, e apesar uma atitude neutra (Alghazo e Gaad, 2004; Avramidis e Kalyva, 2007; Batsiou, Bebetos, Panteli e Antoniou, 2008) ou positiva face à educação inclusiva (Dessementet et al., 2014), em Portugal parece haver uma posição divergente dos professores do 2º/3º ciclos quanto à relevância da inclusão de alunos com DID no processo de aprendizagem de todos os alunos (Queiroz, 2013). A falta de conhecimentos associada à sensação de impotência e falta de confiança podem ser algumas das explicações para o facto (Boer et al., 2011), constatando-se que os docentes com formação ao nível da educação especial (Barbosa et al., 2017; Ernst e Rogers, 2009; Murray, Lombardi e Wren, 2011) ou contacto com estes alunos (Alghazo e Gaad, 2004; Boer et al., 2011; Campbell, Gilmore e Cuskelly, 2003; Ernst e Rogers, 2009) adotam atitudes mais positivas.

Os pais de pessoas com DID, bem como os técnicos que trabalham com estas pessoas parecem ter atitudes positivas (Goreczny et al., 2011; Resendes, Quintela, Freitas, Pereira e Santos, 2017; Stachura e Garven, 2007), apesar de alguma neutralidade em alguns itens a nível nacional (e.g.: beber álcool, ter relações sexuais - Resendes et al., 2017). Estes resultados parecem suportar a influência do contacto na formação de atitudes.

Os contactos anteriores (Horner-Johnson et al., 2002; Gonçalves e Lemos, 2014; Yazbeck et al., 2004) e qualidade das relações parece influenciar positivamente as atitudes nas suas três dimensões (Dessementet et al., 2014; Henry et al., 2004;

Scior, 2011) pelo que se deve medir não apenas a existência de contacto prévio, mas também a qualidade da relação (Barbosa et al., 2017). O contacto, mesmo que através dos media, com os jogos paralímpicos parecem ter um efeito positivo nas atitudes dos alunos de desporto (Ferrara, Burns e Mills, 2015). No entanto, há a reportar a existência de estudos inconclusivos nesta matéria (Vilchinsky, Werner e Findler, 2010) e mesmo contraditórios (Gottlieb e Budoff, 1973 cit in Werner, 2015), pelo que mais análises desta variável devem ser exploradas.

Os valores socioculturais e a localização geográfica também parecem influenciar as atitudes, com as pessoas do Este a serem mais facilitadoras e valorizativas da inclusão das pessoas com DID do que os seus pares do Oeste (Hatton, Akram, Robertson, Shah e Emerson, 2003). Alguns estudos apontam para que as populações com uma cultura mais coletiva (e.g.: Japonesa, Coreana e Americo-Coreana) tenham atitudes mais negativas face à inclusão (Choi e Lam, 2001; Horner-Johnson et al., 2002) do que as culturas mais individualistas, decorrente da maior tolerância face à diversidade e ao desvio da norma (Papadopoulos, Foster e Caldwell, 2013). A nível nacional, as pessoas das ilhas parecem ter menos atitudes positivas do que os seus pares do continente (Branco e Santos, 2017). O impacto da religião parece ter significância especialmente nos países com valores e crenças tradicionais (Carlsson e Kumerius, 2012; Gaad, 2004; McKenzie McConkey e Adnams, 2013) onde a etiologia da DID está mais associada a causas religiosas e sobrenaturais (e.g.: Mirza, Tareen, Davidson, e Rahman, 2009; Madhavan, Menon, Kumari e Kalyan, 1990, cit in Scior, Hamid, Mahfoundi e Abdalla, 2013).

Avaliação

A avaliação das atitudes deve basear-se na experiência, mas deve considerar igualmente a especificidade da conjuntura nacional bem como as finalidades políticas e práticas mais atuais, em diferentes níveis e contextos (e.g.: ambiente escolar, comunidade, mercado laboral) para se compreender como se processam (natureza e frequência) identificando problemas e oportunidades para uma melhor atuação (Schwarz, 2009).

A grande maioria dos estudos foca-se na deficiência em geral, não se referindo a um subgrupo específico, apesar das grandes diferenças entre e intragrupos ao nível da autonomia, competências adaptativas, habilidades cognitivas e de comunicação, entre outras, que explicam as maiores ou menores dificuldades de adaptação e participação social (Laat et al., 2013). As características dos vários subgrupos evocam

diferentes emoções, pensamentos e reações, pelo que o conhecimento específico de cada uma delas se revela como fundamental para as mudanças políticas pretendidas.

A investigação sobre a avaliação das atitudes tem-se focado em três temas centrais: validação de instrumentos e análise das propriedades psicométricas, correlatos pessoais e demográficos face à deficiência, e estratégias para a mudança de atitudes (Chan et al., 2009). As atitudes podem ser avaliadas de forma direta e indireta (Antonah e Livneh, 2000). Ao nível dos métodos diretos os respondentes são informados de que se estão a avaliar as suas atitudes (atitudes explícitas) sendo um dos métodos mais utilizados a escala tipo-Likert (Morin et al., 2013a,b), apesar do eventual enviesamento decorrente de respostas “socialmente corretas” (Antonah e Livneh, 2000; Bohner e Dickel, 2011), devendo-se considerar ainda a avaliação das atitudes implícitas (Bohner e Dickel, 2011).

De acordo com Morin et al., (2013) a grande maioria dos instrumentos é unidimensional, sendo poucos os que pretendem avaliar as três dimensões das atitudes. Esta multidimensionalidade do constructo de atitudes implica, desta forma, instrumentos de avaliação também multidimensionais para serem representativos do que se pretende medir. Apesar da existência de várias escalas de avaliação, algumas são já antigas pelo que não acompanharam a evolução político-cultural da última década (Seewooruttun e Scior, 2014), outras não são exclusivas para avaliar as atitudes face às pessoas com DID (e.g.: Daruwalla e Darcy, 2005; Hampton e Xiao, 2008; Pruet e Chan, 2006; Findler et al., 2007), outras avaliam o constructo unidimensional (e portanto não são representativas do constructo). Das que avaliam a multidimensionalidade, algumas escalas não se enquadram nas três dimensões (cognitiva, afetiva e comportamental), outras tendem à polarização das respostas não possibilitando a neutralidade (Morin et al., 2013a), a grande maioria apresenta apenas dados relativos à consistência interna mas não à validade e fiabilidade, e outros estudos não reportam o tamanho dos efeitos (Seewooruttun e Scior, 2014).

É neste enquadramento que se explica o aparecimento do Questionário de Atitudes face à Dificuldade Intelectual – ATTID, com propriedades psicométricas comprovadas (Morin, Crocker et al., 2013; Morin, Rivard et al., 2013; Morin et al., 2015). O ATTID é um instrumento válido para avaliar atitudes entre diferentes populações que interajam com pessoas com DID (e.g.: profissionais da saúde, justiça, escola..), ao mesmo tempo que permite a comparação entre os diferentes grupos e ao longo do tempo no sentido de apurar se houve diferenças após as intervenções implementadas para a mudança de mentalidade (Morin et al., 2013a; Morin, Rivard et al., 2013b).

Este instrumento insere-se nos estudos sobre intervenções que objetivam o aumento do conhecimento e da melhoria das atitudes, em que se nota uma tendência para investigar o contexto educativo quer na atitude perante a educação inclusiva, quer em programas direccionados para uma melhor compreensão do funcionamento humano, típico e atípico (Campbell, Gilmore e Cuskelly, 2003) com a utilização de casos com diferentes níveis de funcionalidade e diagnóstico (MacDonald e MacIntyre, 1999), ou mesmo através da avaliação do impacto dos programas de formação aos prestadores de cuidados e apoio (e.g.: Melville et al., 2005, 2006; Rae et al., 2011; Wong e Wong, 2008). Por outro lado as intervenções que exigem o contacto (direto ou indireto) com pessoas com DID (e.g.: Varughese, Mendez e Luty, 2011; Walker e Scior, 2013) parecem apontar para a mudança no sentido de atitudes mais positivas mesmo quando se trata de intervenções de reduzida duração (filme de 10 minutos na net ou fotografias), apesar dos seus efeitos na vida real não serem ainda avaliados, não serem universais e as evidências atuais não permitirem a recomendação de um tipo de intervenção específico. Desta forma, recomenda-se mais investigação de *follow-up* no âmbito da natureza da interação e na medição dos efeitos após a exposição (Seewooruttun e Scior, 2014).

Conclusão

O conhecimento das atitudes e a sua contextualização poderá ter um impacto positivo e significativo para a antecipação, planeamento e implementação de políticas direccionadas para a participação, direitos, produtividade das pessoas com DID (Scior et al., 2010), e para a promoção de atitudes mais positivas através de intervenções mais personalizadas (Morin, Rivard et al., 2013b). As evidências científicas apontam para o impacto das atitudes da população em geral face às pessoas com DID, na sua inclusão social (Scior, 2011; atuando as negativas como barreiras à concretização das medidas previstas na legislação nacional (Scior, 2011; Santos e Gomes, 2016).

Apesar da aceitação social ser uma questão cuja importância e impacto é facilmente aceite por todos, no âmbito das políticas mais recentes a nível nacional (e.g.: escola inclusiva, transição para a vida ativa e empregabilidade), são escassos os estudos sobre as atitudes públicas face à DID pelo que o estudo das mesmas se revela como pertinente e necessário. O conhecimento na área é limitado e deve ser um dos indicadores do sucesso das leis e das práticas (Scior et al., 2010). Estudos a nível internacional, sugerem que a população em geral tende a não querer interagir com pessoas com DID vs. outros tipo de deficiência (e.g.: Brown, Oullette-Kuntz, Lysaght e Burge, 2011; Gordon, et al., 2004). Além disso, sente-se a necessidade de

avaliar os efeitos das respostas na vida real, bem como de amostras mais representativas e significativas (Seewooruttun e Scior, 2014)

A investigação atual indicia resultados pouco conclusivos quanto à evolução das atitudes face às pessoas com DID: alguns resultados apontam para que as atitudes se tenham tornado significativamente mais positivas (e.g.: Henry et al., 2004) e outros ilustram o não progresso a este nível (e.g.: Yazbeck et al., 2004). Em Portugal, é constatável a ainda inexistência de avaliação e monitorização das alterações normativas (Santos e Gomes, 2016) nas atitudes da população em geral face às pessoas com DID (Scior et al., 2010), não se conhecendo com clareza os efeitos das diferentes variáveis apontadas na literatura, como a idade, género, contacto prévio, conhecimento, funções exercidas na comunidade (i.e.: profissionais de saúde e reabilitação, professores, estudantes, pais, técnicos, entre outros), pelo que o aprofundamento destas questões se torna essencial. Acresce a inexistência de dados sobre a relação entre as eventuais medidas políticas e práticas concretizadas para a promoção de atitudes mais positivas e a mudança efetiva destas atitudes (Scior et al., 2010).

As práticas tradicionais, que se mantêm inalteradas, mesmo que com novos valores inclusivos, a institucionalização e o assistencialismo, são ainda barreiras que perduram e que conduzem à “dissonância cognitiva” por parte das pessoas sem deficiência (Daruwalla e Darcy, 2005, p. 551). Neste sentido, e apesar da dificuldade em alterar valores socioculturais (Hunt e Hunt, 2004) muitos os autores advogam a minimização das ideias preconcebidas e discriminatórias sobre a DID, através de informação válida e positiva, sendo fundamental investir nesta área (MacDonald e MacIntyre, 1999; Hunt e Hunt, 2004; Findler et al., 2007), incluindo o estudo das influências diretas e indiretas (Dessemontet et al., 2014).

Para este efeito, são várias as recomendações para uma política e prática anti-discriminação: a mudança de terminologia (Morato e Santos, 2007; Santos e Morato, 2012a), a maior formação e educação da população em geral através do conhecimento acessível e fácil dos vários documentos ratificados (e.g.: Convenções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e das Crianças), a necessidade de uma estratégia nacional para a participação de todos, com a implementação das medidas previstas na legislação e a sua monitorização efetiva, a revisão dos conteúdos académicos-escolares da população em geral, mas com uma atenção especial nas atividades profissionais que lidam diretamente com as pessoas com DID, e maior investigação na área, entre outros (Santos e Gomes, 2016)

Referências:

- Alghazo, E. e Gaad, E. (2004). General education teachers in the United Arab Emirates and their acceptance of the inclusion of students with disabilities. *British Journal of Special Education*, 31(2), 94-99. doi: 10.1111/j.0952-3383.2004.00335.x
- Akrami, N., Ekehammar, B., Claesson, M. e Sonnader, K. (2006). Classical and modern prejudice : Attitudes toward people with intellectual disabilities. *Research in Developmental Disabilities*. 27, 605-617. doi: 10.1016/j.ridd.2005.07.003
- Amorim, S., Barrote, F., Costa, B. e Santos, S. (2017). Atitudes face à Dificuldade Intelectual e Desenvolvimento em função da idade. *Revista de Educação Especial e Reabilitação* (no prelo)
- Antonak, R. e Livneh, H. (2000). *Measurement of attitudes towards persons with disabilities*. *Disability and Rehabilitation* 22 (5): 211-224. doi: 10.1080/096382800296782
- Arampatzi, A., Mouratidou, K., Evaggelinou, C., Koidou, E. e Barkoukis, V. (2011). Social Development Parameters in Primat Schools: Inclusive Setting's and Gender Differences on Pupils' Agressive and Social Insecure Behaviour and their Attitudes towards Disability. *International Journal of Special Education*, 26 (2), 58-69
- Avramidis, E., e Kalyva, E. (2007). The influence of teaching experience and professional development on Greek teachers' attitudes towards inclusion. *European Journal of Special Needs Education*, 22(4), 367-389. doi: 10.1080/08856250701649989
- Barbosa, R., Frade, A., Magalhães, I. e Santos, S. (2017). As atitudes dos professores face à Dificuldade Intelectual. (no prelo)
- Batsiou, S., Bebetos, E., Panteli, P. e Antoniou, P. (2008). Attitudes and intention of Greek and Cypriot primary education teachers towards teaching pupils with special educational needs in mainstream schools. *International Journal of Inclusive Education*, 12(2), 201-219. doi: 10.1080/13603110600855739
- Boer, A., Pijl, S. e Minnaert, A. (2011). Regular primary schoolteachers' attitudes towards inclusive education: a review of the literature. *International Journal of Inclusive Education*, 15(3), 331-353. doi: 10.1080/13603110903030089
- Bohner, G. e Dickel, N. (2011). Attitude Change. *Annual Review of Psychology*, 62: 391-417, doi: 10.1146/annurev.psych.121208.131609
- Bossaert, G., Colpin, H., Pijl, J. e Petry, K. (2011). The attitudes of Belgian adolescents towards peers with disabilities. *Research in Developmental Disabilities*, 32(2): 504–509. Doi: 10.1016/j.ridd.2010.12.033
- Branco, A. e Santos, S. (2017). Atitudes Face à População com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimento: estudo comparativo em Portugal. *Revista de Educação Especial e Reabilitação* (no prelo).
- Brown, H., Ouellette-Kuntz, H., Lysaght, R., & Burge, P. (2011). Students' Behavioural Intentions towards Peers with Disability. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 24, 322-333. doi: 10.1111/j.1468-3148.2010.00616.x
- Brown, T., Mu, K., Peyton, C., Rodger, S., Stagnitti, K., Hutton, E., Casey, J., ... e Wu, C. (2009). Occupational therapy students' attitudes towards individuals with disabilities: a comparison between Australia, Taiwan, the United Kingdom, and the United States. *Research in Developmental Disabilities*, 30: 1541-1555, doi: 10.1016/j.ridd.2009.07.020

- Burge, P., Ouellette-Kuntz, H., Isaacs, B. e Lunsky, Y. (2008). Medical students' views on training in intellectual disabilities. *Canadian Family Physician*, 54(4): 568-571.
- Campbell, J., Gilmore, L. C., e Cuskelly, M. (2003). Changing student teachers' attitudes towards disability and inclusion. *Journal of Intellectual e Developmental Disability*, 28, 369–379
- Carlsson, L. e Kumerius, C. (2012). Right to a normal life - the progress of changing attitudes towards people with mental disabilities in Tanzania. *Bachelor Degree Project, 15 HEC Study Programme of International Social Work*.
- Castan, J. (2009). Professional Interventions in the Context of Disabilities. *Psico*, 40 (3), 294-299
- Chan, C., Lee, C., Yuen, K. e Chan, F. (2002). Attitudes toward people with disabilities between Chinese rehabilitation and business students: An implication for practice. *Rehabilitation Psychology*, 47(3): 324-388. Doi: 10.1037/0090-5550.47.3.324
- Chan, F.; Livneh, H.; Pruet, S.; Wang, C. e Zheng, L. (2009). Societal attitudes toward disability: Concepts, measurements, and interventions. In E. Cardoso e J. Chronister (Eds). *Understanding psychosocial adjustment to chronic illness and disability: A handbook for evidence-based practitioners in rehabilitation* (333-367). New York, NY, US: Springer Publishing Co, xvii, 584 pp
- Chen, R., Brodwin, M.G., Cardoso, E., & Chan, F. (2002). Attitudes toward people with disabilities in the social context of dating and marriage: A comparison of American, Taiwanese, and Singaporean college students. *Journal of Rehabilitation*, 68(4), 5—11.
- Choi, G. e Lam, C. (2001). Korean Students' Differential Attitudes toward People with Disabilities: na Acculturation Perspective. *International Journal of Rehabilitation Research*, 24(1), 79-81.
- Cobigo, V., Ouelette-Kuntz, H., Lysaght, R. e Martin, L. (2012). "Shifting Our Conceptualization of Social Inclusion." *Stigma Research and Action* 2: 75–84. doi: 10.5463/SRA.v1i1.102012.
- Cocks, K. (2006). Models of disability. *Balancing the Act*, 22, 1–3.
- Daruwalla, P., e Darcy, S. (2005). Personal and societal attitudes to disability. *Annals of Tourism Research*, 32(3): 549–570. Doi:10.1016/j.annals.2004.10.008
- Dessemontet, R., Morin, D. e Crocker, A. (2014). Exploring the relations between in-service training, prior contacts and teachers' attitudes towards persons with intellectual disability. *International Journal of Disability, Development and Education*, 61 (1), 16-26. doi: 10.1080/1034912X.2014.878535
- Dorji, S. e Solomon, P. (2009). Attitudes of health professionals toward persons with disabilities in Bhutan. *Asia Pacific Disability Rehabilitation Journal*, 20, (2), 32-42.
- Ernst, C. e Rogers, M. (2009). Development of the Inclusion Attitude Scale for High School Teachers. *Journal of Applied School Psychology*, 25(3), 305-322. doi: 10.1080/15377900802487235
- Estevão, V., Marques, S., Pacheco, M. e Santos, S. (2017). O Género e as Atitudes face à Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental. *Revista de Educação Especial e Reabilitação. no prelo*
- Ferrara, K., Burns, J. e Mills, H. (2015). Public Attitudes Toward People with Disabilities After Viewing Olympic or Paralympic Performance. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 32, 19-33.

- Findler, L., Vilchinsk, N. e Werner, S. (2007). *The Multidimensional Attitudes Scale Toward Persons With Disabilities (MAS)*. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 50 (3), 166-176.
- Gaad, E. (2004). Cross-cultural perspectives on the effect of cultural. *International Journal of Inclusive Education*, 8(3): 311-328. DOI: 10.1080/1360311042000194645
- Gilmore, L., Campbell, J. e Cuskelly, M. (2003). Developmental Expectations, Personality Stereotypes, and Attitudes Towards Inclusive Education: Community and Teacher Views of Down Syndrome. *International Journal of Disability, Development and Education*, 50(1), 65-76. DOI: 10.1080/1034912032000053340
- Gonçalves, T. e Lemos, M. (2014). Personal And Social Factors Influencing Students' Attitudes Towards Peers With Special Needs. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 112: 949-955. doi: 10.1016/j.sbspro.2014.01.1253
- Gordon, A., Feldman, D., Tantillo, C. e Perrone, K. (2004). Attitudes regarding interpersonal relationships with persons with mental illness and mental retardation. *Journal of Rehabilitation*, 70(1): 50–56.
- Goreczny, A., Bender, E., Caruso, G. e Feinstein, C. (2011). Attitudes toward individuals with disabilities: results of a recent survey and implications of those results. *Research in Developmental Disabilities*, 32: 1596-1609, doi: 10.1016/j.ridd.2011.02.005
- Grames, M. e Leverentz, C. (2010). Attitudes towards Persons with Disabilities: a comparison of chinese and American Students. *UW-L Journal of Undergraduate Research*, XIII, 1-6
- Groce, N. (2004). Adolescents and youth with disability: issues and challenges. *Asia Pacific Disability Rehabilitation Journal*, 15: 13–32.
- Hampton, N. e Xiao, F. (2009). Traditional Chinese Values and Attitudes of Chinese University Students toward People with Intellectual Disabilities. *International Journal of Disability, Development and Education*, 56 (3), 247-261.
- Hatton, C., Akram, Y., Robertson, J., Shah, R. e Emerson, E. (2003). The Disclosure Process and Its Impact on South Asian Families with a Child with Severe Intellectual Disabilities. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 16, 177-188. doi: 10.1046/j.1468-3148.2003.00167.x
- Henry, B., Duvdevani, I., Keys, B. e Balcazar, E. (2004). Attitudes of American and Israeli staff toward people with intellectual disabilities. *Mental Retardation*, 42(1): 26-36.
- Horner-Johnson, W., Keys, C., Henry, D., Yamaki, K., Oi, F., Watanabe, K., ... Fugjimura, I. (2002). Attitudes of Japanese Students toward People with Intellectual Disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 46(5), 365-378.
- Hunt, C. e Hunt, B. (2004). Changing attitudes toward people with disabilities: experimenting with an educational intervention. *Journal of Managerial Issues* 16, 266–280.
- Igbo, J., Onu, V. e Obiyo, N. (2015). Impact of gender stereotype on secondary school students' self-concept and academic achievement. *SAGE Open*, 5 (1) 1-10, doi: 10.1177/2158244015573934
- Ison, N., McIntyre, S., Rothery, S., Smithers-Sheedy, H., Goldsmith, S., Parsonage, S. e Foy, L. (2010). 'Just like you': A disability awareness programme for children that enhanced knowledge, attitudes and acceptance: Pilot study findings. *Developmental Neurorehabilitation*, 13(5), 360-368. doi: 10.3109/17518423.2010.496764

- Jahoda A. e Markova I. (2004) Coping with social stigma: people with intellectual disabilities moving from institutions and family home. *Journal of Intellectual Disability Research* 48, 719–29.
- Laat, S., Freriksen E., Vervloed, M. (2013). Attitudes of children and adolescents towards persons who are deaf, blind, paralyzed or intellectually disabled. *Research in developmental disabilities*, 34 (2), 855 – 863. doi: 10.1016/j.ridd.2012.11.004
- Li, C., Tsoi, W. e Wang, C. (2012). Chinese college students' attitudes toward people with intellectual disabilities: Differences by study major, gender, contact, and knowledge. *International Journal of Developmental Disability*, 58, 137-144. doi: 10.1179/2047386912Z.00000000014
- Li, C., Wu, Y. e Ong, Q. (2014). Enhancing attitudes of college students towards people with intellectual disabilities through a coursework intervention. *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, 26(6), 793-803.
- Livneh, H. (1982). On the origins of negative attitudes toward people with disabilities. *Rehabilitation Literature*, 43, 338–347.
- MacDonald J. e MacIntyre, P. (1999). A Rose is a Rose: Effects of Label Change, Education, and Sex on Attitudes Toward Mental Disabilities. *Journal on Developmental Disabilities*, 6 (2), 15 - 31
- McCaughey, T. e Strohmer, D. (2005). Prototypes as an indirect measure of attitudes toward disability groups. *Rehabilitation Counseling Bulletin* 48, 89–99. doi: 10.1177/00343552050480020301
- McEvoy, S. e Keenan, E. (2014). Attitudes towards People with Disabilities – what do people with intellectual disabilities have to say? *British Journal of Learning Disabilities* , 42(3): 221-227. doi: 10.1111/bld.12032
- Mckenzie, J., McConkey, R. e Adnams, C. (2013). Intellectual disability in Africa: implications for research and service. *Disability Rehabilitation*, 35(20): 1750-1755. doi:10.3109/09638288.2012.751461
- Melville, C. A., Finlayson, J., Cooper, S., Allan, L., Robinson, N., Burns, E., et al. (2005). Enhancing primary care services for adults with intellectual disabilities. *Journal Intellectual Disability Research*, 49, 190–198.
- Melville, C. A., Cooper, S. A., Morrison, J., Finlayson, J., Allan, L., Robinson, N., et al. (2006). The outcomes of an intervention study to reduce the barriers experienced by people with intellectual disabilities accessing primary health care services. *Journal of Intellectual Disability Research*, 50, 11–17.
- Mirza, I., Tareen, A., Davidson, L. L., & Rahman, A. (2009). Community management of intellectual disabilities in Pakistan: a mixed methods study. *Journal of Intellectual Disability Research*, 53(6), 559–570.
- Morato, P e Santos, S. (2007). Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais: a Mudança de Paradigma na Concepção da Deficiência Mental. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*. 14. p.51-55
- Morin, D., Crocker, A., Beaulieu-Bergeron R. e Caron J. (2013a). Validation of the attitudes toward intellectual disability – ATTID questionnaires. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57 (3), 268-278; doi: 10.1111/j.1365-2788.2012.01559.x.
- Morin D., Rivard M., Boursier C., Crocker A. e Caron J. (2015). Norms of the Attitudes Toward Intellectual Disability Questionnaire. *Journal of Intellectual Disability Research*, 59 (5), 462-467. doi: 10.1111/jir.12146

- Morin, D., Rivard, M., Crocker, A., Boursler, C. e Caron, J. (2013b). Public attitudes towards Intellectual Disability: a multidimensional perspective. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57 (3), 279-292. doi: 10.1111/jir.12008
- Murray, C., Lombardi, A., e Wren, C. T. (2011). The effects of disability-focused training on the attitudes and perceptions of university staff. *Remedial and Special Education*, 32(4), 290-300. doi: 10.1177/0741932510362188
- Nabors, L. e Lehmkuhl, H. (2005). Young adults' perceptions of children with cerebral palsy. *Rehabilitation Psychology*, 50 (3), 292-296. doi: 10.1037/0090-5550.50.3.292
- OMS (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade*. Organização Mundial de Saúde e Direção Geral de Saúde
- ONU (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Tradução por Instituto Nacional para a Reabilitação, 2ª edição
- Ouellette-Kuntz, H., Burge, P., Brown, H. e Arsenault, E. (2010). Public Attitudes Towards Individuals with Intellectual Disabilities as Measured by the Concept of Social Distance. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 23(2), 132-142. DOI: 10.1111/j.1468-3148.2009.00514.x
- Papadopoulos, C., Foster, J. e Caldwell, K. (2013). Individualism-collectivism' as an explanatory device for mental illness stigma. *Community Mental Health Journal*, 49(3):270-80. doi: 10.1007/s10597-012-9534-x.
- Parashar, D., Chan, F. e Leierer, S. (2008). Factors influencing Asian Indian Graduate Students' Attitudes Toward People With Disability: A Conjoint Analysis. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 51: 229 – 239. doi:10.1177/0034355207311317
- Pruett, S. R., e Chan, F. (2006). The development and psychometric validation of the Disability Attitudes Implicit Association Test. *Rehabilitation Psychology*, 51, 202–213
- Queiroz, F. (2013). *Inclusão de alunos com DID nas escolas de ensino regular: principais constrangimentos dos professores*. Projeto de investigação no Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (não publicado)
- Rae, H., McKenzie, K., e Murray, G. (2011). The impact of training on teacher knowledge about children with an intellectual disability. *Journal of Intellectual Disabilities*, 15, 21–30.
- Resendes Atitudes face às pessoas com Dificuldade Intelectual: pais e técnicos, C., Quintela, J., Freitas, M., Pereira, T. e Santos, S. (2017). (no prelo)
- Rhomer, O. e Louvet, E. (2009). Describing Persons with Disability: salience of disability, gender and ethnicity. *American Psychological Association*, 54 (1): 76-82, doi: 10.1037/a0014445
- Santos, S. (2010). A Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental na Actualidade. Educação Inclusiva – *Revista da Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial*. 1 (2) dossier temático
- Santos, S. e Gomes, F. (2016). A Educação das crianças com Dificuldade Intelectuais e Desenvolvimentais vs. a Convenção dos Direitos da Criança. *Journal of Research in Special Educational Needs*. 16 (s1): 51-54 doi: 10.1111/1471-3802.12268
- Santos, S. e Morato, P. (2012a). Acertando o Passo! Falar de Deficiência Mental é um erro: Deve falar-se de Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID). Porquê? *Revista Brasileira de Educação Especial*. 18 (1): 3-16.
- Santos, S. e Morato, P. (2012b). *Comportamento Adaptativo – 10 anos depois*. Edições FMH

Schalock, R., Luckasson, R., Bradley, V., Buntinx, W., Lachapelle, Y., Shogren, K., ... Wehmeyer, M. (2012). *User's Guide To Accompany the 11th Edition of Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports*. American Association on Mental Health.

Schwarz, N. (2007). Attitude Construction: evaluation in context. *Social Cognition*, 25 (5): 638-656

Scior, K., Hamid, A., Mahfoudhi, A. e Abdalla F. (2013). The relationship between awareness of intellectual disability, causal and intervention beliefs and social distance in Kuwait and the UK. *Research in Developmental Disabilities*, 34: 3896-3905. doi: 10.1016/j.ridd.2013.07.030

Scior, K., Kan, K., McLoughlin, A. e Sheridan, J. (2010). Public Attitudes toward People with Intellectual Disabilities: a cross-cultural study. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 48 (4): 278-289, doi: 10.1352/1934-0556-4.1352/1934-0556-48.4.278

Seewooruttun, L. e Scior, K. (2014). Interventions aimed at increasing knowledge and improving attitudes towards people with intellectual disabilities among lay people. *Research in Developmental Disabilities*. 35: 3482-3495, doi: 10.1016/j.ridd.2014..7.028

Sheikh, S., Pralat, R., Reed, C., e Sin, C. (2010). *Don't stand by: Hate crime research report*. London: Mencap

Sheridan J. e Scior K. (2013). Attitudes towards people with intellectual disabilities: A comparison of young people from British South Asian and White British backgrounds. *Research in Developmental Disabilities*, 34, 1240-1247. doi:10.1016/j.ridd.2012.12.017

Simões, A., Coiteiro, D., Silva, F., Cardoso, J. e Santos, S. (2017). Atitudes de Estudantes de Reabilitação Psicomotora Face às Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais. *Revista de Educação Especial e Reabilitação* (no prelo).

Siperstein, G., Norins, J. e Mohler, A. (2007). Social Acceptance and Attitude Change: Fifty Years of Research. In Jacobson, J., Mulick, J. e Rojahn, J. (Eds). *Handbook of Intellectual Developmental Disabilities*. New York: Springer.

Stachura, K. e Garven, F. (2007). Comparison of Occupational Therapy and Physiotherapy Student's Attitudes towards People with Disabilities. *Physiotherapy*, 89 (11), 653-664

Thornicroft, G., Rose, D., Kassam, A., e Sartorius, N. (2007). Stigma: ignorance, prejudice, or discrimination? *The British Journal of Psychiatry*, 190, 192-193

Tsang, H., Chan, F. e Chan, C. (2004). Attitudes of occupational therapy students toward placement of treatment facilities in the community: A conjoint analysis. *American Journal of Occupational Therapy*, 58, 426-434.

Uysal, A., Albayrak, B., Koçulu, B., Kan, F., e Aydin, T. (2014). Attitudes of nursing students toward people with disabilities. *Nurse Education Today*, 34, 878-884. doi: 10.1016/j.nedt.2013.09.001.

Varughese, S., Mendex, V., e Luty, J. (2011). Impact of positive images of a person with intellectual disability on attitudes: Randomised controlled trial. *The Psychiatrist*, 35, 404-408.

Vignes, C., Godeau, E., Sentenac, M., Coley, N., Navarro, F., Grandjean, H., Arnaud, C. (2009). Determinants of students' attitudes towards peers with disabilities. *Developmental Medicine and Child Neurology*, 51(6): 473-479. doi: 10.1111/j.1469-8749.2009.03283.x

Vilchinsky, N., Findler, L. e Werner, S. (2010). Attitudes Toward People With Disabilities: The Perspective of Attachment Theory. *Rehabilitation Psychology*, 55 (3): 298-306, doi: 10.1037/a0020491

Walker, J., e Scior, K. (2013). Tackling stigma associated with intellectual disability among the general public: A study of two indirect contact interventions. *Research in Developmental Disabilities*, 34, 2200–2210.

Wang, M-H., Thomas, K., Chan, F. e Cheing, G. (2003). A conjoint analysis of factors influencing American and Taiwanese college students preferences for people with disabilities. *Rehabilitation Psychology*, 48 (3): 303-316

Werner, S. (2015). Public stigma ant the perception of rights: Differences between intellectual and physical disabilities. *Research in Developmental Disabilities*, 38, 262-271. doi: 10.1016/j.ridd.2014.12.030

Wong, P., e Wong, D. (2008). Enhancing staff attitudes, knowledge and skills in supporting the self-determination of adults with intellectual disability in residential settings in Hong Kong: A pretest–posttest comparison group design. *Journal Intellectual Disability Research*, 52, 230–243.

Yazbeck, M., McVilly, K. e Parmenter, R. (2004). Attitudes toward people with intellectual disabilities: an Australian perspective. *Journal of Disability Policy Studies* 15(2): 97–111. Doi: 10.1177/10442073040150020401

Yuker, H. e Block, J. (1986). *Research with the Attitude Toward Disabled Persons scales (ATDP): 1960–1985*. Hempstead, NY: Hofstra University.

Draft